

DOSSIÊ: “PARTIDOS POLÍTICOS E ELEIÇÕES: MUDANÇAS NA ATUAL DEMOCRACIA BRASILEIRA”

Os estudos partidários e eleitorais constituem uma área importante da Ciência Política brasileira. A representatividade e a governabilidade de nosso sistema político costumam ser os critérios que norteiam os debates nessa área de estudos. Essa área de investigação tem dois eixos principais: os partidos políticos como instituições que se constituem por sua organização interna, sua participação em cargos públicos executivos e legislativos e sua atuação com suas bases de apoio; e as eleições como os meios pelos quais partidos disputam poder público e eleitores manifestam suas demandas e preferências, buscando a representação de seus interesses. Ambos os eixos são caracterizados por regras e procedimentos que definem as possibilidades de ação dos atores políticos.

O primeiro eixo trata dos partidos políticos entendido em suas três faces, como definido por Katz e Mair (1993): 1) o partido em suas bases, que consiste em sua militância, filiados e ativistas; 2) o partido em sua organização interna, com a liderança nacional e demais órgãos institucionais e burocracia; e 3) o partido em sua atuação pública, que se refere à atuação de quadros em cargos eletivos executivos, legislativos, nacionais e subnacionais. Já o segundo tem seu enfoque direcionado às eleições, entendida em todos os seus mecanismos que promovem o vínculo sistêmico entre partidos que lançam e elegem candidatos para cargos públicos; e eleitores, que depositam seu voto como expressão de suas demandas e preferências, buscando a representação de seus interesses.

De forma complementar, esses dois eixos abrangem fatores que impactam as possibilidades de ação de partidos e eleitores como, por exemplo, regras para recrutamento e lançamento de candidatos, acesso a recursos, fórmula eleitoral, estratégias de coordenação eleitoral, representação governativa, entre outras. Desse modo, englobam o debate sobre sistema partidário, sistema eleitoral,

sistema governativo, financiamento político, campanhas eleitorais, cotas raciais e de gênero, reformas eleitorais, políticas públicas, comportamento político e competição.

Essas temáticas ganham relevância especial ao considerarmos as mudanças pelas quais o sistema político brasileiro vem passando nos últimos anos. Em 2022 assistimos à eleição presidencial mais acirrada desde a redemocratização, sendo que pela primeira vez um postulante à reeleição ao cargo de presidente da República perdeu o pleito. Além disso, a disputa consolidou de vez o fim da polarização PT-PSDB, ratificando a nova dinâmica observada já em 2018, quando Jair Bolsonaro fora eleito pelo PSL.

No âmbito legislativo, em 2022 tivemos as primeiras eleições gerais sem a possibilidade de formação de coligação eleitoral. A nova regra já tinha sido implementada em 2020, em ocasião das disputas municipais. Nas duas ocasiões o resultado foi semelhante: o fim das coligações nas proporcionais reduziu o número efetivo de partidos com acesso ao Legislativo, diminuindo a fragmentação partidária (Santana; Vasquez; Sandes-Freitas, 2021; Vasquez; Sandes-Freitas; Santana, 2024). Outra novidade nas disputas proporcionais foi a possibilidade de formação de federações partidárias, fenômeno que impacta a aliança entre partidos inclusive durante o governo. Em suma, foram implementadas relevantes alterações institucionais em termos de partidos políticos e eleições, e investigar o impacto delas sobre o sistema político brasileiro é um desafio que se apresenta ao campo.

Na esteira dessas transformações, vêm ainda a implementação de novas regras para as candidaturas, como as cotas raciais e de gênero; e a cláusula de barreira. Por fim, é importante acompanhar os recentes movimentos ocorridos no sistema partidário, resultantes do crescimento eleitoral de partidos localizados mais à direita do espectro ideológico, como PP e PL, e de uma importante fusão ocorrida entre DEM e PSL para a formação do União Brasil, partido com grande peso nos legislativos federal e estaduais e em executivos estaduais.

Todos esses eventos imputam novas variáveis nas análises sobre partidos políticos e eleições no Brasil. Questões referentes à institucionalização do sistema partidário, confiança nas instituições e representatividade precisam ser repensadas à luz das novas regras eleitorais e da renovação política (Cervi, 2015; Mancuso, 2015; Braga; Ribeiro; Amaral, 2016; Meireles; Rubim Andrade, 2017; Mainwaring; Power; Bizarro, 2018; Campos; Machado, 2020). Teses

clássicas que destacam o papel dos partidos na arena parlamentar (Figueiredo; Limongi, 1999) também devem ser trazidas novamente à discussão diante do cenário no qual o Congresso tem atuado com protagonismo, inclusive analisando como o presidencialismo de coalizão retorna nesse contexto. O mesmo ocorre com pesquisas sobre comportamento eleitoral, identificação partidária e opinião pública, que podem ser repensadas agora sob a ótica da natureza e do impacto do petismo, do antipetismo (Samuels; Zucco, 2018), do bolsonarismo e do populismo.

Por outro lado, além de compreendermos o atual sistema político brasileiro, devemos continuar nos aprofundando em períodos e eleições anteriores, sobre partidos extintos ou ainda em comparação com outros sistemas e regimes ao redor do mundo. Até porque expandir o debate e lançar luz sobre os atuais desafios do regime político brasileiro incluem a análise de experiências, descrições, explicações e teorias sobre outros casos e contextos.

Em suma, vivemos transformações importantes recentemente do ponto de vista partidário-eleitoral. A democracia brasileira foi desafiada e assistimos ao aumento de grupos de extrema-direita e sua entrada no âmbito político, o que estimulou questionamentos a respeito do funcionamento das instituições e da própria legitimidade do regime. Somado a isso, novas leis para a disputa política entraram em vigor, demandando rápida adaptação de partidos e eleitores a essa nova realidade. Por fim, assistimos também, nos últimos anos, a mudanças na relação Executivo-Legislativo no Brasil com o parlamento ganhando cada vez mais proeminência no processo decisório.

Tal contexto apresenta o desafio de compreender o efeito de todas essas mudanças sobre o sistema político, seja no âmbito nacional ou subnacional. A partir disso, o objetivo desse dossiê foi reunir trabalhos que atualizem o que sabemos sobre os partidos brasileiros, considerando as suas principais arenas de atuação – organizacional, eleitoral e governativa –, bem como os impactos das recentes mudanças institucionais sobre esses atores. Portanto o presente dossiê visa a contribuir com o suprimento dessa lacuna na Ciência Política, atualizando estudos clássicos com trabalhos motivados por esse novo cenário brasileiro e que ofereçam novas alternativas explicativas, trazendo explicações originais para a realidade atual.

O artigo que abre o dossiê é chamado “A nova era de mulheres indígenas na política brasileira: uma análise comparativa das candidaturas legislativas para as eleições de 2014, 2018 e 2022”. Nele, Coelho e Soares abordam a questão da representatividade, tão cara à democracia, com foco nas candidaturas de mulheres indígenas. De acordo com a pesquisa, proporcionalmente mais mulheres indígenas têm sido eleitas para os diferentes legislativos brasileiros com o passar do tempo. Isso, no entanto, contrasta com o atual momento político, que tem sido negativo aos indígenas como um todo.

Também inseridos na agenda de perfil de candidaturas, David, Krause e Svartman investigam os militares que disputaram eleições recentemente, no artigo “Militares, partidos e eleições: uma análise dos pleitos brasileiros de 2018, 2020 e 2022”. Segundo os autores, embora as candidaturas de militares perpassem partidos de todo o espectro ideológico do sistema político brasileiro, isso ocorre de maneira mais significativa entre partidos de direita. Além disso, é possível observar duas tendências durante o período analisado. Em primeiro lugar, que a participação eleitoral de militares teve seu ápice em 2018, com certo declínio em 2022. Em segundo, que a maior parte das candidaturas se deslocou dos pequenos partidos de direita para os grandes partidos do mesmo espectro ideológico, principalmente aquelas com maior sucesso eleitoral.

Silva e Carlomagno articulam dois temas fundamentais nos estudos de partidos e eleições: representatividade e financiamento de campanha. Nesse sentido, no artigo “Quando dinheiro não é suficiente: efeitos das cotas de financiamento eleitoral para gênero e raça no Brasil”, os autores, analisando as eleições municipais ocorridas no Piauí em 2020, indicam que o atual sistema de cotas do FEFC cumpriu somente de forma parcial o seu objetivo. Assim, embora tenham observado um aumento nos recursos de candidatas mulheres nos municípios piauienses, esse ganho não significou um melhor desempenho dessas candidaturas, mostrando o desafio de uma lei em atingir o que fora planejado após sua implementação, o que demanda constante acompanhamento sobre seus reais efeitos.

Outro artigo a se debruçar sobre o tema do financiamento de campanha foi “Financiamento de campanha e êxito eleitoral nas eleições de 2016 e 2020 na Bahia”. A pesquisa conduzida por Correio e Kerbauy investiga a possível correlação entre despesa de campanha e sucesso eleitoral, uma preocupação

clássica dos estudos partidários-eleitorais, sobretudo no Brasil, marcado recentemente por alterações institucionais tão substantivas a esse respeito, com destaque à instauração do FEFC, vigente desde 2017. Com foco nas eleições municipais baianas, a pesquisa confirma a associação positiva entre financiamento de campanha e sucesso eleitoral e indica que isso se manteve inclusive após a implementação do FEFC em 2020.

Abordando o tema das filiações partidárias, Melo, Neta Barros e Brasileiro analisam, em uma série composta por onze anos, o perfil de filiação de todos os partidos do Brasil no artigo intitulado “Filiações partidárias: inclinações do eleitorado e mudanças nos partidos políticos”. Dentre os resultados obtidos, destacam-se: uma variação no total de filiados entre os distintos partidos após as eleições gerais de 2018, um enfraquecimento na identidade partidária entre os eleitores brasileiros durante o período e uma maior aproximação entre partidos e Estado com o passar do tempo.

O artigo “Presidencialismo de coalizão: uma análise da consonância ideológica das emendas constitucionais e dos presidentes posteriores à Constituição de 1988” se insere nas análises que estudam os partidos atuando no âmbito governamental. A pesquisa assinada por Oliveira, Duarte e Delgado demonstra que, salvo durante o governo Bolsonaro, os conteúdos de esquerda e direita das emendas constitucionais investigadas apresentam certa semelhança. Além disso, os autores destacam que há indícios de interferência da chefia do Executivo no Congresso Nacional e que isso seria resultado da formação de coalizões governistas.

No artigo intitulado “Em meio ao domínio masculino: uma revisão sistêmica internacional sobre mulheres na política”, Teixeira e Mota-Santos demonstram como a temática sobre mulheres na política tem ganhado fôlego internacionalmente a partir de múltiplas abordagens, contextos e categorias. Isso indica a importância de nos debruçarmos e discutirmos, não apenas academicamente, esse déficit de presença de mulheres em um universo político ainda sobrerrepresentado por homens.

Os dois próximos textos do dossiê são resenhas de dois livros. O primeiro deles é “O Pensamento Político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado”, do autor Reginaldo Teixeira Perez, e o outro texto discute a obra “Por uma história do político”, de Pierre Rosanvallon. A obra de Perez foi resenhada pelos autores Gabriel Vaccari e Luis Guilherme Camfield

Barbosa. Trata-se de uma leitura da curadoria política de Roberto Campos, tendo em vista o acento dado pela direita do país à visão e vivência política desse autor, na segunda metade do século XX, no Brasil. O resenhista José Lúcio Nascimento Júnior (*in memoriam*) foi responsável pela exposição da obra de Rosanvallon. Discorreu sobre a historiografia e a conceituação do político muito presentes nos debates contemporâneos à luz do autor francês. Deixa marcada a importância também de noções que orbitam em torno do tema, tal como a questão da democracia, central no diálogo de Rosanvallon com outros pensamentos e pensadores.

Como pode ser visto, o dossiê está composto por temas variados e atuais. Assim, oferece pesquisas que nos ajudam a compreender o contexto político brasileiro mais recente, a partir de distintos problemas de investigação, mas todos relacionados à agenda de partidos políticos e eleições. Nosso desejo é que as leituras proporcionem tanto entusiasmo e curiosidade em vocês quanto proporcionou em nós organizadores. Desfrutem!

Vitor Vasquez

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Monize Arquer

Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Unicamp

REFERÊNCIAS

- MAINWARING, S.; POWER, T.; BIZARRO, F. The uneven institutionalization of a party system: Brazil. *In*: S. Mainwaring (ed.), *Party systems in Latin America: institutionalization, decay and collapse*. Cambridge University Press, 2018, p. 164–200.
- BRAGA, M. S. S.; RIBEIRO, P. F.; AMARAL, O. E. El sistema de partidos en Brasil: estabilidad e institucionalización (1982–2014). *In*: FREIDENBERG, F. (ed.). *Los sistemas de partidos en América Latina (1978–2015)*. Ciudad de México: UNAM/INE, 2016, p. 69–134.
- CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. *Raça e Eleições no Brasil*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

- CERVI, E. Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. *Sociedade e estado*, v. 30, n. 1, p. 189–205, 2015.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. The evolution of party organizations in Europe: the three faces of party organization. *The American Review of Politics* 14, p. 593–617, 1993.
- MANCUSO, W. P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia Política*, v. 23, n. 54, p. 155–183, 2015.
- MEIRELES, F.; RUBIM ANDRADE, L. V. Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros. *Revista de Sociologia Política*, v. 25, n. 63, p. 79–101, 2017.
- SAMUELS, D.; ZUCCO, C. *Partisans, antipartisans and nonpartisans: voting behavior in Brazil*. Cambridge University Press, 2018.
- SANTANA, L.; VASQUEZ, V.; SANDES-FREITAS, V. E. V. de. Los efectos del fin de las coaliciones electorales de Brasil en 2020. *Revista Elecciones*, v. 20, n. 21, p. 77–100, 2021.
- VASQUEZ, V.; SANDES-FREITAS, V. E. V. de; SANTANA, L. O fim das coligações eleitorais nas disputas proporcionais: para onde foram os partidos políticos nas eleições de 2022? *Cad CRH*. 2024. No prelo.